

Entrevista

GEOGRAFIA, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA HUMANA NO PERCURSO DE UMA INTELLECTUAL MOÇAMBICANA: ENTREVISTA COM INÊS MACAMO RAIMUNDO

por

Daniel de Oliveira Cunha¹

Beatriz de Barros Souza²

Em sua quarta viagem ao Brasil, a geógrafa e professora moçambicana Inês Macamo Raimundo teve uma agenda movimentada: ministrou cursos de pós-graduação e seminários acadêmicos, deu entrevistas e acompanhou outros eventos universitários. Mesmo assim, ela disponibilizou algo de seu tempo para uma aula extra sobre nossa história em comum nesta entrevista, aguardada por nós desde a sua primeira visita a São Paulo e à USP, em 2009.¹

Professora, gostaria que se apresentasse e que falasse um pouco sobre sua formação intelectual e sobre suas atuais atividades acadêmicas.

Boa tarde! Sou Inês Raimundo, venho da Universidade Eduardo Mondlane, de Moçambique, e vim a São Paulo para ministrar algumas aulas a estudantes de pós-graduação do Programa Diversitas, sobre migrações na África, mas, antes disso, também tive a oportunidade de participar num Colóquio co-organizado entre o Diversitas e a Universidade Mackenzie, onde eu apresentei meu ponto de vista sobre interdisciplinaridade, especificamente em estudos urbanos. Sou do Centro da Universidade Eduardo Mondlane há cerca de vinte e cinco anos. Sou geógrafa de formação, com pós-graduação em migrações internas, no caso do mestrado, e fiz meu doutoramento em migrações forçadas, na Universidade de Witwatersrand, África do Sul.

Quais autores da Geografia mais tiveram presença em sua obra?

Quem é geógrafo humano não poderia deixar de falar de Milton Santos, que para nós é incontornável. Principalmente pela grande reviravolta que vai trazer ao seio da Geografia, quando fala de uma Geografia crítica, e certamente porque foi o geógrafo que observou praticamente tudo que é o contexto geográfico: desde aspectos de população como tal, quando fala, por exemplo, das questões da Geografia da fome, na verdade, iniciadas por Josué de Castro, quando também fala das questões urbanas, quando fala da famosa teoria dos circuitos e da questão da globalização, que desenvolveu muito, quando ele fala de uma globalização

¹ Entrevista realizada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, aos 2 de dezembro de 2016.

¹ Daniel de Oliveira Cunha é mestrando pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: oliveiracunha@hotmail.com.

² Beatriz de Barros Souza é mestranda pela Faculdade de Direito da USP. E-mail: biadebarros@usp.br. Participaram da formulação das questões André Luzzi de Campos (doutorado pela Faculdade de Saúde Pública da USP), Zeila de Brito Fabri Demartini (docente na Universidade Metodista de São Paulo e pesquisadora do CERU), e Issaka Maïnassara Bano (mestrando pela Faculdade de Educação da Universidade de Campinas). Agradecemos a Oscarlina Maltese Rezende pela transcrição da entrevista.

perversa. Eu até gostei desta forma de ele de analisar, porque se globaliza uma parte, nem tudo se encontra globalizado. Isso permite que continuemos ou que se perpetue aquela relação entre centro e periferia, que já foi muito discutida no contexto da Geografia, a divisão internacional do trabalho, que fixa quem são os produtores das matérias-primas, quem são os consumidores, quais são as relações de troca entre os países, quais são as relações de troca no mercado e quem define os preços e os fluxos dos produtos. Isto também está associado com uma coisa, em que nunca tinha pensado, que é a divisão geográfica do conhecimento científico – quem faz a ciência e quem consome essa mesma ciência. Foi uma nova teoria que eu ouvi na palestra que a colega da Universidade de Lisboa, professora Iolanda Évora, apresentou ontem.

Qual é o panorama atual do pensamento geográfico, e especialmente no continente africano?

Bom, eu não falaria de continente africano como tal, porque são várias Áfricas dentro do mesmo continente, se consideramos que o continente africano foi colonizado por diferentes potências – Portugal, França, Espanha, Inglaterra, Alemanha e Itália. Então, cada colonizador tem sua influência. Eu eventualmente falo, mas também nem sei se deveria falar, de Geografia lusófona. Moçambique, devido à sua própria localização geográfica, está muito mais ligado aos países da anglofonia do que, por exemplo, aos da lusofonia. Só muito recentemente, vou dizer, há uns dez ou pouco mais anos, é que começamos a ter uma relação muito forte com o Brasil, que nunca tínhamos tido antes. Então, isso nos ajuda a estabelecer essas relações acadêmicas e científicas que pretendemos. De tal forma que, neste momento, eu às vezes duvido se continuo na Geografia ou não, porque aquela ideia de estudar o espaço, as relações espaciais, aos poucos vai se diluindo, exatamente pela forma como estruturamos nosso curso. Neste momento estamos mais preocupados com questões mais técnicas, como, por exemplo, saber fazer mapas,

sobretudo esta cartografia moderna que tem a ver com o sistema de informações geográficas. Estamos mais preocupados em fazer um enfoque das questões ambientais, mas o ambiente não é só preocupação da Geografia, porque qualquer área do saber estuda o ambiente. A própria Geografia de hoje, eu diria que é mais *cross-cutting subject*, está mais virada para temas transversais. É uma disciplina transversal. Então, nós queremos resolver os problemas do momento. Até há pouco tempo, todo geógrafo estava a estudar o HIV [Vírus da Imunodeficiência Humana]. Ora era o ambiente, e agora são os estudos de gênero, estamos lá! Agora os geógrafos também estão com a globalização. Isso parece um rio que procura atingir o seu perfil de equilíbrio... Desculpa estar a usar termos geográficos! Porque o rio, durante o seu processo de erosão, quer atingir o perfil de equilíbrio, o que significa unir todos os desníveis ao mesmo ponto, da forma que ele vai criando meandros, para poder chegar até a foz, que pode ser outro rio ou pode ser o mar. Então, ainda estamos nessa fase de procura. Por isso que eu o digo, será mesmo que eu sou geógrafa ou não? Porque neste momento estou envolvida, por um lado, com questões de migração e migração é também uma ciência ou uma área transversal, e, por outro, como estou ligada a questões de segurança alimentar urbana e depois também com outro tema, que tem a ver com cidades esfomeadas. Essas áreas, na verdade, qualquer ciência do saber pode estudar e não significa que sejam necessariamente áreas da Geografia. Portanto, aquela tradição de que a Geografia estuda o espaço, as relações entre os espaços, as diferenciações espaciais, a tentar explicar o porquê dessas diferenças, já está a perder o seu foco.

A propósito, outro geógrafo da USP, Antonio Carlos Robert Moraes, em seu livrinho *Geografia: pequena história crítica*, diz que a geografia não tem objetos, mas sim temários. Concorda com esse ponto de vista?

É exatamente isso! Nesta atualidade, é isso. Por

temários, eu entendo que sejam áreas temáticas, sim? Não que isso estivesse errado antes, mas se nós olharmos para a estrutura da Geografia mesmo desde a altura em que ela se define como ciência, e estou a falar praticamente já no século XVIII, quando já tinha os seus princípios, já tinha os seus métodos de estudo, uma coisa que sempre foi comum em todas as fases, mesmo em todas as correntes geográficas, é que nós estamos a estudar um lugar onde confluem os fenômenos naturais, os fenômenos sociais, os fenômenos humanos. Então exatamente por causa disso ela nos dá essa liberdade de podermos torná-la uma ciência temática. Há um geógrafo norte-americano, Richard Hartshorne, que dizia assim: a geografia é uma ciência intrusa na Faculdade de Ciências Naturais, na Faculdade de Ciências Sociais, assim como na Faculdade de Ciências Técnicas. Porque a gente pode! E nós temos essa liberdade! Por exemplo, neste momento, em função da forma como fui formada, apesar de eu estar na área das migrações como tal, que é concebida como uma área da Geografia da população, sinto-me confortável em estudar questões de clima, questões de hidrologia e por aí em diante, exatamente por causa dessa natureza que a Geografia tem.

E o tema da interdisciplinaridade?

Bela pergunta! Para mim, a Geografia, penso que é uma das ciências mais interdisciplinares que existem. Nós, ao estudarmos o espaço, ao tentarmos perceber essas diferenciações espaciais, não há como fazê-las sem, por exemplo, recorrer ao passado. Começa aí. Para recorrer ao passado nós precisamos da História. A História ajuda-nos a perceber por que as coisas estão assim hoje nestas condições. Quando nós falamos de questões populacionais, não é possível falar sem ter que recorrer à Matemática. Nós usamos muito, estamos a usar todos esses gráficos de crescimento da população. E aí também procuramos saber por que, por exemplo, aqui houve um declínio, por que aqui a população subiu, e aí nós nos servimos de várias

áreas do conhecimento. A Geografia nesse aspecto é muito interdisciplinar. Precisa e também dá o seu conhecimento para outras ciências. Talvez pelos lugares onde me formei, achei um bocado estranho que [isso] aqui parece novidade. Imagina eu, que estou na área das migrações, sobretudo quando falo de refugiados. Não tem como eu falar disso sem ter estudado um pouco as leis migratórias, um pouquinho do Direito, não é? Da forma que, quando eu fiz um dos cursos sobre Gestão Internacional das Migrações, havia uma disciplina de Direito, que mostra, apesar de não aprofundar, como compreender os tratados, as convenções, os direitos dos refugiados. Não tem como explicar sem recorrer a isto, não é?

Há um famoso autor que escreveu sobre muitos aspectos de muitos países africanos, o egípcio Samir Amin. Qual é o peso e quais são os limites de uma leitura macroestrutural como a dele na geografia?

Samir Amin, que tem sua teoria do centro-periferia – algo que outros já tinham definido antes –, também escreveu bastante sobre as migrações. De fato, se nós vemos as migrações e, sobretudo, em termos espaciais, se nós olharmos no contexto espacial, naquele contexto dos grandes lugares, vamos generalizar, por exemplo, as causas da migração. E sempre vamos falar “porque as pessoas se movimentam por causa dos desequilíbrios regionais”, “por causa da pobreza” etc. Esse é o discurso que prevalece em todo aquele que está a estudar migrações e que olha para uma área muito grande em termos territoriais. Mas, se descermos até, por exemplo, o nível de uma unidade administrativa menor ou a básica de um território, nós vamos encontrar muitas histórias. E, aliás, se a gente conversa com um indivíduo, se lhe pergunto, por exemplo, “por que você está aqui em São Paulo?”, a primeira resposta vai ser: “ah, porque eu vim a procurar emprego”, essa é a primeira resposta e é essa que você espera ouvir. Mas, se for ao fundo, conforme for conversando, vai chegar à conclusão de

que não, que esse indivíduo não veio aqui à procura de emprego. Porque até lá onde ele estava, estava melhor. Às tantas, se calhar, vai dizer, “ah, porque eu estava a fugir do namorado”, ou “porque estava atrás do meu namorado”, coisas assim. Nas teorias das migrações, fala-se de tudo... Falando da questão de centro-periferia, que é o que Samir Amin defende, na verdade existem outros estudiosos das migrações africanas, como Aderanti Adepoju e John Oucho, capazes de demonstrar que o maior número de migrantes é aquele que circula dentro da África e não aquele que vai para a Europa, que vai para os Estados Unidos da América.

Você fala de vários fatores envolvidos nas migrações, como a feminização das migrações. Sua tese trata, por exemplo, da independência da mulher nas decisões de migrar. Em que medida esse fator varia na escala regional e mesmo dentro de Moçambique?

Varia e, sobretudo em Moçambique, depende da estrutura social que nós temos. É sempre bom lembrar que nunca podemos generalizar tudo. Primeiro, em termos estruturais e econômicos, vamos considerar que Moçambique é dividido entre sul, centro e norte. Depois, temos também que considerar que, em termos sociais, Moçambique é dividido por duas grandes zonas: sociedade matrilinear e sociedade patrilinear. Isso atuando em conjunto obviamente que vai indicar quem é quem, como é que o poder de decisão é feito concretamente na questão da migração. No sul, nós sabemos que uma sociedade patrilinear é bastante machista. Também o é mesmo na matrilinear, só que na matrilinear a lógica das coisas é feita do lado uterino da mulher, enquanto que na patrilinear é tudo do lado paterno. Então, por causa do sistema patrilinear, as mulheres, quando se casam, sempre vão para a casa do marido. Não decidem nada, em termos de organização econômica do lar, por exemplo. Depois da independência, o país passou a viver vários momentos e isto pode ter acelerado

a necessidade de a mulher decidir sobre a sua vida. Porque sempre tivemos aquela relação histórica de trabalho migratório com a África do Sul, em que o homem saía e ficava lá um ano, e mais tarde passou a ficar dezoito meses, e a mulher ficava. Tudo bem. Mas, depois da independência, o que vai acontecer? Primeiro, temos que admitir que o governo que até hoje está no poder, que é dirigido pelo movimento de luta de libertação nacional, a FRELIMO, estimulou a emancipação da mulher e mesmo já durante a luta armada, o discurso do nosso primeiro presidente dizia assim: “nós vamos libertar o país se também libertarmos a mulher”. Pronto, foi isso, isso é um fato. E as mulheres passaram a ter mais direitos, comparativamente a outros lugares. Depois tivemos a chamada guerra civil e isso desestruturou famílias. As famílias se separaram e o homem que estava na África do Sul ficou lá, alguns ficaram lá e a mulher cá. Então essa mulher tinha que criar formas de subsistência. Já não se coadunava com aquele sistema anterior em que ela ficava sentadinha à espera do marido. Então, isso terá acelerado esta possibilidade de a mulher por si só decidir, porque era uma questão de vida. Ou decidia sair ou ficar e morrer. No norte de Moçambique, a situação é inversa. Já não é a mulher que vai morar na comunidade do homem, mas sim é o homem que vai à comunidade da mulher e todo o poder de decisão da mulher é feito sempre deste lado uterino, como eu estava a dizer. E o que eu encontrei na minha tese, porque eu estudei um distrito que se chama Mandimba, na província do Niassa, que faz fronteira com a Tanzânia e com o Malawi. Esse distrito de fato teve um número significativo de pessoas que passaram para o Malawi, como refugiados.

São yaos?

São, mas também macuas e nyanjas. Mas fundamentalmente são os yaos que são matrilineares por excelência. Então eles vão para Malawi quando a guerra termina e há um fenômeno de repatriamento. Quem volta para Moçambique? Não é a família.

Quem volta é o homem sozinho. Aquela mulher ficou lá porque a família dela disse para que ela não voltasse. Está a ver a diferença? Então isso permitiu que ele mantenha duas casas, uma em Moçambique e outra no Malawi. Ele diz: “ok, tudo bem, minha mulher não quis voltar, eu não podia forçá-la e as leis dizem que é a família que decide se ela vem ou não. Então, eu tenho os meus filhos lá, e eu continuo a prestar-lhes assistência. Ou, eu tenho a minha irmã lá, e eu continuo a prestar-lhe assistência”. Mas há uma diferença em termos de mulheres. Naquela comunidade onde estudei, elas ainda têm medo de se aventurar para longas distâncias. Só de Mandimba até a fronteira, são cinco quilômetros, então podem ficar do outro lado, no Malawi. Diferentemente de quem está no sul de Moçambique, que pode percorrer duzentos ou trezentos quilômetros, ou inclusive a distância mais longa, setecentos quilômetros, para a cidade de Maputo. Inclusive elas se aventuram a ir para a África do Sul, por causa do comércio transfronteiriço, que foi também outra estratégia usada nos momentos de crise em Moçambique, porque chegamos a uma altura em que as cidades estavam literalmente esfomeadas por causa da guerra. Então essas mulheres atravessavam as fronteiras para a Suazilândia, e foram desenvolvendo esse comércio. Mais tarde, com o fim do apartheid na África do Sul, permitiu-se que tivessem mais um outro lugar para fazerem as suas compras e poderem vender em Maputo e também inclusive distribuírem os seus produtos até o norte de Moçambique.

Moçambique, entre os países africanos, é um dos que fazem fronteira com mais países diferentes, só perdendo para a República Democrática do Congo. São seis terrestres e duas marítimas. Qual o impacto da questão das fronteiras na formação demográfica de Moçambique?

Penso que na produção científica em Geografia Humana, uma área muito forte é a Demografia. Mas o que nós estamos a produzir lá não é necessariamente o que produzimos dentro do país. É o que produzimos

fora, resultante dessas colaborações que temos com os Estados Unidos da América, o Canadá, a Inglaterra, a África do Sul. Depois, uma ou outra área em que as pessoas estão a publicar bastante é a Antropologia, sobretudo aquela ligada às condições de saúde sexual e reprodutiva, e também aquela ligada às relações na área dos direitos da terra. Aquilo que eu defendo sobre a questão do povoamento é o que outras pessoas também defendem. Aliás, eu fiz um artigo em que me baseei nos trabalhos de Renato Matusse, de Gerhard Liesegang e de Mário Cumbe, para os quais o povoamento da África Austral é resultante de fenômenos migratórios, portanto, desses que saem da região central da África e que partiram em direção ao sul. Isso há mais de quatro mil anos, e são os mesmos povos que depois saíram do sul e foram subindo, e foram ou dominando ou foram se fixando naquilo que são os atuais países da África Austral, da forma que, descontando a influência islâmica e a influência europeia, nós acabamos de uma ou outra forma ter as mesmas práticas, a mesma forma de organizar a produção, os casamentos, as relações. Tudo isto acabou por ser quase igual, com as mesmas características. Por exemplo, em Moçambique, só em relação àquilo que eu mencionei agora, que descontando o Islã e a Europa, nós temos a Ilha de Moçambique, que foi a primeira capital de Moçambique. Ela é um monumento da UNESCO. Por quê? Porque por ali passaram três grandes civilizações: a civilização africana, a civilização europeia e a civilização árabe. Nós convivemos assim, independente de quem foi o primeiro a entrar ou a sair.

Durante a guerra civil, ou de desestabilização, como foi o fluxo de moçambicanos para os países vizinhos? Houve continuidades, em relação ao período colonial?

Bom, vou começar pela África Austral. Aquilo foi uma continuidade dos movimentos que havia já desde o tempo colonial, quando as pessoas fugiam do trabalho forçado, que se chamava chibalo, e foram

para esses países. Depois da independência, alguns moçambicanos não aceitaram o sistema socialista, e então preferiram sair de novo. Mas, por causa da guerra, a situação estava tão difícil que já não permitia ficar no campo e produzir qualquer coisa. Então eles passaram para o Malawi e para outros países da região. Com o Malawi, a relação continua e vai continuar com ou sem guerra, porque criaram-se aquilo que eu digo que são famílias transnacionais, uma família em diferentes fronteiras. Porque, aliás, como diz Fulgêncio Seda, fronteiras são artificiais, criadas no contexto da partilha de África, com a chamada Conferência de Berlim, e até hoje as pessoas não as reconhecem. Como vão reconhecer se as famílias foram divididas? Até me lembro de quando foi o muro de Berlim. Foi mais ou menos como isso. Uma parte dos alemães que foram divididos. Uns estão na Alemanha Oriental e outros na Alemanha Ocidental, mas são a mesma família. No caso do Zimbábue, é a mesma linha de fronteira. Quais províncias fazem fronteira com o Zimbábue? As províncias de Tete, de Manica e de Gaza. Por isso a relação é muito forte. Temos os shonas em Moçambique, e temos os shonas no Zimbábue. O trânsito ainda existe. Se não formalmente, existe informalmente. Como disse um chefe de posto de travessia, lá em Mandimba: “é o nosso povo, vai fazer o quê? Deixa passar!” (risos) Agora, no caso do Quênia, o processo também foi mais ou menos assim: o Quênia é mais distante em relação a Moçambique. Tem que atravessar a Tanzânia, e muitos foram para lá. E estes, segundo o que se diz, são os que depois foram apoiando o movimento que estava a lutar contra o governo da FRELIMO. Foi mais ou menos nesse contexto que uns regressaram outros não depois do Acordo de Paz.

Como estão as leis e as políticas migratórias hoje em Moçambique?

Nós ainda estamos a debater essa questão das políticas migratórias. Porque, infelizmente, as migrações fazem parte daquele guarda-chuva geral que é a Demografia.

Esse é o grande desafio, a nossa política de população. Nós tivemos uma em 1999, a primeira depois da independência. Eventualmente esteja errada, mas sempre que se fala de política populacional, recorre a esta, que vê as migrações dentro dessa dinâmica demográfica que é fecundidade, mortalidade e deslocamentos populacionais. E hoje já foi de fato desenhada outra, que ainda está em debate. Ainda não foi aprovada, porque mexe em coisa que não tem nada a ver conosco, que o governo não aceita como tal, mas os demógrafos e cientistas acham que deve ser assim. Depois tem o FMI, que entra no meio, porque ela mexe em muita coisa. Por exemplo, ela acha que nós temos que reduzir a fecundidade, mas não basta chegar e dizer “vamos reduzir a fecundidade”. Muita coisa está em jogo nesse discurso, mas, bem, não é disso que eu vou tratar. Inclusive, há um dos artigos que eu escrevi sobre política migratória em Moçambique, sobre em que ela se baseia. Primeiro, eu acho que ela deve ser uma coisa separada daquilo que é a política nacional da população, porque nós estamos a falar de assuntos distintos. Aí, por exemplo, os refugiados não entram. Aí a população deslocada internamente não entra. Nisso a gente só vê as migrações como pessoas que estão a se deslocar, a encher as cidades e coisas assim, e um pouco de trabalho migratório. Mas há problemas mais profundos aí envolvidos. Essa política migratória se baseia mais na própria lei que tem a ver com a entrada e a permanência de estrangeiros em Moçambique ou com a saída do moçambicano. Mas o moçambicano, quando sai, na verdade, é só para ver o próprio passaporte. Enquanto que o BI – que é o bilhete de identidade – diz que é um documento meu, o passaporte diz que é propriedade do Estado, o que é diferente já de outros passaportes. Em caso de extravio deste, tem que se apresentar à polícia ou à Embaixada. Há muita coisa que está em falta. Eu, quando estou fora, como sou protegida ou o que devo fazer? É por isso que muitas das vezes, algumas dessas questões não estão claras. Alguns de nós, quando estamos fora, não sabemos até onde devemos ir. Entre algumas coisas, eu não posso participar de passeatas

ou de movimentos contestatórios num outro país. Mas eu ouvi aqui alguns professores dizerem: “ah, Inês, você podia ter ido à passeata de não sei o que lá na Avenida Paulista”. Mas eu não posso! Pelo menos eu tenho o privilégio de conhecer a lei como ela é, mas eu não posso participar dessas coisas, não é? Então, ela [a lei] ainda está em processo, mas, enquanto nós continuarmos a pensar que as migrações estão dentro da temática geral da Demografia, vai ser muito difícil, porque há outros aspectos que vão ficar de fora sobre a dinâmica migratória da população.

Uma questão que eu tenho desde 2009, quando você falou pela primeira vez na Universidade de São Paulo, foi sobre o campo de refugiados de Maratane. Pode nos relembrar um pouco sobre o campo?

O campo de refugiados é o campo de Maratane. Foi criado exatamente para as pessoas que são reconhecidas na situação de refugiados, ou pedintes ou requerentes de asilo, porque estão sendo perseguidas por motivos políticos e também em termos de religião etc. E esse campo, antes, durante o chamado período da guerra, já funcionou no sul de Moçambique, em Bobole, a trinta quilômetros da cidade de Maputo, por aí, trinta ou quarenta quilômetros. E depois em Massaca, também mais ou menos a mesma distância. Mas, terminada a guerra, com o Acordo de Paz, esse campo já não tinha sentido continuar próximo de uma cidade, por razões de ordem ideológica, entre outras, e então foi movido para o norte. O argumento é que está mais próximo de por onde as pessoas atravessam, porque as pessoas que vêm dos Grandes Lagos e têm que atravessar ou Cabo Delgado ou o Niassa. Então era mais prático, e havia condições em Nampula, porque, antes disso, ali já havia um centro para população vulnerável, que foi criado no tempo colonial por um bispo católico.

Mudando um pouco de assunto: em que medida o tema do desenvolvimento ainda faz parte do imaginário político moçambicano? Ou a retórica

aí envolvida já é vista como algo ilusório, como uma “estrela polar”, como diz Wallerstein?

A questão é a seguinte: primeiro temos que entender o que é o desenvolvimento! Ok, definem-se os países mediante indicadores e isso era um fato que já se sabia. Mas, quando Amartya Sen entra e diz que não devemos nos guiar só pelos indicadores econômicos, mas é preciso ver também os indicadores sociais, há uma coisa nova que aprendi. Por exemplo, o que a professora Iolanda falou ontem foi que em Cabo Verde fez-se um estudo sobre indicadores de desenvolvimento humano em função desses indicadores já definidos, e que na Ilha de Santa Catarina, acho que é essa que apresenta o indicador mais baixo, há coisas que não são explicadas. Que, por exemplo, aquela comunidade vive de remessas, já que grande parte da população migrou para os Estados Unidos, para a Europa, e de lá eles mandam fardos de roupas, mandam outros produtos por bidões (vasilhas metálicas). E eles vivem daquilo, só que aquilo não é contabilizado! Depois ela dá outro exemplo, o da mãe de um desses autores que ela mencionou ontem, deixem-me lembrar... Acho que é a mãe de Felwine Sarr, um economista senegalês, que diz que a mãe dele tem uma renda de um dólar por dia. Ela é considerada pobre, mas há outros segmentos sociais que não são considerados e ela, dentro daquela comunidade, ela tem um poder muito forte. As pessoas vão lá pedir conselhos e ela dá conselhos. Não há ninguém que não fale daquela senhora, estás a ver? A Iolanda chama a isso de indicadores culturais, acho que foi esse termo que ela usou. Agora esta é uma primeira fase: o que significaria o desenvolvimento? E segundo: qual o país que não quer se desenvolver? Todos nós queremos nos desenvolver. Agora, como atingir o tal desenvolvimento? À custa do quê nós vamos atingir o tal desenvolvimento? Porque aí é que está. Na África, de fato, os dirigentes africanos, apesar de serem chamados de déspotas, ditadores, por aí adiante, também estão interessados (no desenvolvimento). Porque eu não creio que fiquem aí a dormir, apesar de

ouvirem sobre tudo isso, e não se sentirem afetados pelas manifestações ou o que se escreve sobre eles. Todos querem atingir o desenvolvimento, mas, aí está, para eles poderem atingir o desenvolvimento, têm que pedir dinheiro àquele que tem o dinheiro. Vais dizer a estes, “eu quero o teu dinheiro para te combater”? Porque é assim: nós estamos a dizer que existem essas relações desiguais entre o Norte e o Sul, que o próprio sistema capitalista cria essas grandes diferenciações, que há os desenvolvidos e há os subdesenvolvidos. Mas vão dizer que, no contexto da divisão internacional do trabalho: “alguém tem que fornecer as matérias primas a preços baixos para aqueles que vão transformar as matérias primas em produtos e depois redistribuir”. Quem é que detém o controle da economia? Então nós estamos a dizer que não: “nós queremos sair daqui”. Isto significa o quê? Nós estamos a combater aqueles que detêm o dinheiro, e que são eles que de fato nos vão dar o dinheiro para combatê-los.

Desde os anos 60, com a Declaração de Arusha, do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, foi feita a proposta de uma política de *self-reliance* (autossuficiência), a ser experimentada no continente africano. Depois vamos ter o notável exemplo de Burkina Faso, com Thomas Sankara. Seria uma ilusão acreditar que um país pode se isolar dos restantes, se “desconectar”, como também escreveu Samir Amin?

Não é possível. Isso não é só para nós, porque esse discurso também serve para os países ricos. Nenhum país rico pode ficar isolado dos outros. Todos nós precisamos, porque é assim, como nós falamos em Geografia: nem tudo nós produzimos. E nem tudo que nós produzimos, nós consumimos. Então como é? Entre os países existem essas relações. Em primeiro lugar estão todos unidos pelas trocas comerciais. Então não é possível que assim uma sociedade vá se desenvolver, que vá viver sem os outros, quer no nível regional, quer no nível internacional.

Somos todos dependentes e interdependentes. O rico dependente do pobre e o pobre do rico... Tem sempre que olhar para as relações.

Exatamente! Aliás, acho que foi Milton Santos, se não estou enganada, que disse assim: o rico de fato só existe se tiver um pobre ao lado.

Por falar em indicadores culturais, é comum que se fale hoje em “economia informal” e também em “política informal”, como no caso de Patrick Chabal. Você concorda que os qualificativos “formal” e “informal” deveriam ser sempre postos entre aspas?

Mais uma vez, o que significa o formal e o que significa o informal? Para mim tudo depende do contexto, do lugar geográfico. E depende daquilo que é a lei escrita e depende daquilo que é a lei não escrita, que é o que nós chamamos de direito consuetudinário. Porque o direito consuetudinário em si, o direito escrito o considera como informal, está a perceber? Tudo aquilo que se faz na base da oralidade, na base dos testemunhos, é o informal. No direito escrito, tudo tem a ver com a base: qual é o artigo? Onde é que está escrito? Então, se não está ali, há até os casos omissos que são resolvidos por uma entidade qualquer. Então, assim, a discussão sobre formal e informal, para mim, é mais uma discussão metodológica de como é que as coisas são. Se não estão dentro daquilo que está escrito formalmente, então tudo é informal. Mas eu me lembro de uma palestra que eu dei lá em Moçambique, acho que foi ainda este ano, que foi sobre a informalidade urbana. Chamo informalidade urbana porque nós queremos construir as nossas cidades, as cidades neste caso, o moçambicano, não vou dizer africano, usando as lentes de Ebenezer Howard e de Le Corbusier. Ebenezer Howard, arquiteto inglês, que disse que temos que ter cidades-jardins. E Le Corbusier, que foi quem veio com a ideia de construção na vertical, que

não tem varanda, tudo igual. Mas nós queremos viver e para vivermos nós precisamos de um quintal. É isso. Grande parte de nós ainda precisa de um quintal.

Para fazer a machamba...

Sim! Exatamente! Para a machamba e a socialização. Para nós é mais importante fazermos tudo no quintal do que exatamente dentro da casa. Então, quando nós fazemos aquilo que é contrário ao outro, estamos a dizer que é informal. Para mim, é mais um discurso metodológico, de definir o que é e o que não. Por isso até hoje se embatem os cientistas sobre o que é o formal e o informal, até onde vai o formal, e até onde vai o informal.

Como é mesmo que se dizem “conselheiro” e “conselheira”, em shangana?

Ah! (Risos) Masungukati, para a mulher anciã, e Madoda, para o homem...

Se eu chegar para uma Masungukati e para um Madoda, e afirmar que o que eles dizem é informal, eles certamente vão questionar e vão falar: “não, nós é que somos os formais aqui”...

Sim! Eles é que são os formais, exatamente! É preciso ver o outro lado, não é? Mas Madoda e Masungukati são em shangana. Por exemplo, em macua, há o Mwene e a Pia-mwene. A Pia-mwene é aquela mulher que aconselha as jovens etc. e Mwene é o homem. Então em cada lugar varia isso... Isso é em macua, e os outros são em shangana, que é a língua que eu falo, a minha língua materna.

Agora, podemos falar um pouco sobre as dialéticas das desigualdades. Em termos de oscilações entre complementaridades e antagonismos, como têm se desdobrado historicamente, por exemplo, as relações entre o centro, o sul e o norte de Moçambique? Além das relações entre as regiões,

como se articulam as relações entre o meio rural e o meio urbano no país?

Essa pergunta para mim é um pouco complexa, se olhar do ponto de vista político. Porque o discurso forte é que o sul é privilegiado em relação ao centro e ao norte. Então já seria altura de deixarmos o sul e olharmos para o centro e norte, e eventualmente seja por isso que agora os grandes investimentos estão lá no centro e no norte. Mas também porque os recursos energéticos estão lá, quando estamos a falar do petróleo. Também gás, mas é verdade que o encontramos também em uma província do sul. E há lá outros recursos, recursos minerais, pedras preciosas e semipreciosas. Então há esse lado político, que diz que o sul está melhor que o norte, mas não queria entrar muito por aí, porque cada qual defende sua opinião e eu posso ser interpretada de outra forma nesse sentido. Mas tem que haver complementaridade, pois, para um lugar se desenvolver, ele precisa do outro. Em razão daquilo que eu disse, nenhum lugar pode se sentir como uma ilha, “tudo bem, eu sozinho resolvo os meus problemas”. Também não acredito que isso seja a melhor estratégia. Para se desenvolver, um tem que sufocar o outro? Não, não penso que seja esta a melhor estratégia. O importante é que possam se desenvolver políticas que de fato possam criar toda essa harmonia. A isso depois se junta a questão sobre a relação entre o rural e o urbano, também dentro do contexto da divisão geográfica do trabalho, já que o campo é produtor de matérias primas e a cidade é o consumidor e o transformador. Mas, se continuarmos com esses grandes fossos entre o rural e o urbano, o que vai acontecer? A intensificação do chamado êxodo rural e a rápida urbanização. Infelizmente, nos nossos países, e no caso de Moçambique, a rápida urbanização não significa necessariamente o crescimento e a satisfação das pessoas que estão lá, mas sim um crescimento numérico, sem que se resolvam os problemas básicos de circulação, de meios de transporte, e de habitação, pois as pessoas vivem em péssimas condições. O acesso à educação

ainda é muito reduzido, pelo conjunto de dificuldades. Lá, nós falamos “subúrbios”. “Favela” é uma expressão vossa aqui no Brasil. Nós até acabamos por adotar essa expressão. Mas aqui vocês também falam dos cortiços, das periferias. Em Angola, são os musseques...

Qual é mesmo a ordem atual das grandes cidades moçambicanas? As do interior têm crescido tanto quanto as do litoral?

Maputo, Nampula, Beira, Quelimane e Matola. Depois temos as capitais provinciais, essas são grandes cidades. As nossas cidades são organizadas em categorias: categoria A, que é a cidade capital, a cidade de Maputo; depois, a seguir, temos Beira, Nampula, Matola e Quelimane; depois, temos as outras, que são as capitais provinciais. No interior, temos Lichinga, na província de Niassa, Tete, na província de Tete, e Chimoio, em Manica. Agora, por exemplo, Tete está a crescer muito, por causa das reservas, e a exploração de carvão está a crescer.

Qual é o panorama atual das políticas de desenvolvimento agrário em Moçambique? Há boas perspectivas?

Agora, honestamente falando, já estou confusa. Porque, inicialmente, era para fazer da agricultura uma base... Como é que é? “A agricultura é a base para o desenvolvimento e a indústria é o fator catalisador”. Era esse o discurso do pós-independência e agora já estou perdida. Não sei exatamente se há um incentivo à agricultura familiar ou não, não sei (risos).

Os discursos mudaram constantemente...

Sim, e é aquilo que eu digo: o mundo está a cobrar muito de Moçambique, para em pouco tempo resolver tantos problemas que o país tem. Mal nos reconstruímos da guerra, mal nos reconstruímos de fenômenos naturais como os ciclones, as cheias etc.

Querem que em tão pouco tempo se faça tudo? Não é possível! Há muita coisa para ser resolvida naquele país em quarenta e dois anos! Não que eu esteja a defender algum partido ou algum governo. Não é isso, mas é importante que em algum momento se coloquem no lugar de Moçambique.

Esse é o mundo liderado pelo Sistema de Bretton Woods!

Exatamente! Em 1987, o país finalmente entra no sistema! De fato, se há algum incentivo para a agricultura familiar, eventualmente existe no sentido em que nós temos a terra, nós podemos fazer o que quiser com a terra. Ninguém me diz: “olha, na tua terra tu tens que cultivar isso ou aquilo”. Aquilo que eu quero cultivar na minha machamba é aquilo que eu cultivo. Ninguém venha me dizer: “olha, deixa de cultivar maçaroca ou milho, e passe a cultivar café”. Não, na machamba familiar, não!

Qual é a porcentagem hoje da população rural em Moçambique? E a pressão pela terra está crescendo? Qual é sua leitura sobre as polêmicas quanto à presença das empreiteiras brasileiras?

Por aí, são cerca de setenta por cento. Diz-se que há uma pressão sobre terra rural, mas isso eu estudei pouco. Sei aquilo que eu ouço pela imprensa. Faço poucos estudos rurais. Estou mais virada para os estudos urbanos e a gente vê que há uma pressão muito grande pela procura da terra e inclusive já existe um mercado informal de terras, apesar de se reconhecer que a terra é propriedade do Estado, que não pode ser vendida e não pode ser alienada. Ouve-se pelos estudantes brasileiros que chegaram lá e descobriram que a Vale está a expropriar as terras e que não sei o quê... Não digo que não seja assim, que não sei, mas acho que eles já chegam lá formatados (risos). Chegam lá e só querem dizer “está aqui a prova!” E também não é assim que se faz uma pesquisa, não é? E por isso têm problemas, têm dificuldades de entrar

lá. E a Vale não os aceita porque já sabe que eles vão com uma ideia preconcebida. Só falta o xeque-mate, não é? (risos)

Vamos falar um pouco sobre direitos humanos. Como os moçambicanos da zona rural, sem contatos com a chamada “modernidade”, percebem a si mesmos em termos de direitos humanos?

Vamos lá. Por exemplo, nós temos uma agricultura familiar: pai, mãe e filhos, e todos trabalhando ali naquela terra. Mesmo um filho de cinco anos pode ajudar ali, a apanhar a erva daninha ou a pegar pau de lenha. Num outro contexto, estariam a ver aquilo como trabalho infantil e isso é uma violação dos direitos da criança. Então, para mim, não sei mesmo qual é a visão mais correta!

Como ilustração dos direitos humanos em perspectiva local, também gostaria de perguntar como é “liberdade” em shangana...

No caso da língua shangana, é *nkululeko*... Significa tanto liberdade quanto independência, porque, aliás, na história de África, nunca se falou antes de haver um país independente ou um país dependente. Então estas são palavras que vão surgindo nos contextos da colonização, da descolonização, da independência.

Só mais uma perguntinha para terminar. Quais são as pessoas que você mais admira no mundo, no continente africano e, em especial, em Moçambique?

Em primeiro lugar, admiro o meu marido! (risos) Sim, admiro-o, por quê? Parece uma coisa trivial, mas não é! Eu estou onde eu estou porque o Raimundo permite que eu faça o que eu quero fazer. Ele entende de pesquisa e ele me tem ajudado. E, aliás, eu te digo: por exemplo, textos em português, eu escrevo muito mal o português, mas o Raimundo é quem fica aí a corrigir, e eu me zango com as correções dele. Mas

pronto, como ele é muito paciente, ele vai aceitar. Então eu acho que, antes de falar de outras pessoas em termos de academia, eu sou o que sou, avancei bastante, exatamente por causa do meu marido, o Raimundo. Por isso, essa pessoa é a número um, e o resto é só para acompanhar a onda, não é? Pronto!

A entrevista então é dedicada a ele?

Sim! (Risos)

Então agora podemos finalizar. Já está bom!